

ALiB – um atlas nacional com dimensões continentais

problemas, soluções, resultados

Suzana Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, S. ALiB – um atlas nacional com dimensões continentais: problemas, soluções, resultados. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 499-508. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



ALiB – um atlas nacional com dimensões continentais: problemas, soluções, resultados

Suzana CARDOSO

Universidade Federal da Bahia/CNPq

Introdução

Uma das questões com que a Dialectologia e, particularmente, a Geolinguística se defrontam, diz respeito aos espaços a serem considerados, às distâncias a serem vencidas, sobretudo quando o objeto da descrição é um país de ampla extensão ou uma região que se caracteriza por área de largas proporções. O espaço se coloca, pois, como um elemento a ser levado em conta com bastante acuidade, porque a aplicação do método dialetal da geografia linguística requer o conhecimento e domínio da região, para que se possam equacionar os demais elementos da pesquisa, em especial a seleção dos pontos que constituirão a rede, o perfil dos informantes e a natureza dos questionários a serem aplicados, atendendo-se ao que mais convenha aos objetivos a que se visa alcançar do ponto de vista geolinguístico. Tais questões se põem *urbe et orbe*, ainda que com intensidade diferenciada e com ênfases distintas, independentemente do tempo cronológico, do continente onde situa a investigação e da própria qualificação dos pesquisadores.

Nesta comunicação em que se apresenta o Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, examinam-se as dificuldades que um empreendimento dessa natureza oferece, considerando-se a amplitude territorial a ser recoberta e o tempo que, por vezes, a execução de tarefas de campo passa a exigir; apontam-se soluções encontradas para vencer os obstáculos, e traz-se uma breve amostragem de resultados já passíveis de serem delineados.

1 Uma preliminar à guisa de introdução: breve histórico do projeto ALiB

O Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (Projeto ALiB) se propõe realizar um atlas linguístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, atendendo, assim, a uma antiga aspiração de linguistas e dialectólogos brasileiros que, em meados do século XX, já se empenharam na sua realização. Tal aspiração, porém, por razões diversas, não se concretiza. Dessa forma, só em 1996, por iniciativa do Grupo de Pesquisadores em Dialectologia da Universidade Federal da Bahia, efetivamente tem início.

Trata-se de um projeto de caráter nacional e de natureza interinstitucional, congregando, atualmente, 17 instituições que, por iniciativa da Universidade Federal da Bahia, firmaram entre si um convênio de apoio ao Projeto ALiB. Pela sua amplitude, pode, e deve, ser entendido, na verdade, como um conjunto de subprojetos integrados e vencíveis cada um a seu tempo. Assim, podem ser identificadas as seguintes etapas que, de fato, se constituem em subprojetos:

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 1ª etapa: A concepção do Projeto e a definição da metodologia (1996-2002)

O Projeto ALiB inicia-se em novembro de 1996, quando se realiza, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. A partir desse momento, criado um Comitê Nacional para coordená-lo, o trabalho ganha corpo com (i) a elaboração de um detalhado projeto, contendo um breve histórico da Geolinguística no Brasil e a justificativa para a empreitada; (ii) a definição dos princípios metodológicos a serem seguidos e (iii) o estabelecimento de um cronograma de trabalho. Fixaram-se, assim, a rede de pontos, o perfil e número de informantes e o instrumento básico de trabalho – os questionários –, trabalho que exigiu uma interface com outras áreas do conhecimento organizado, como a história, a demografia, a geografia e os estudos sociais, em geral. Os questionários, em três versões sucessivas – todas elas publicadas sob os auspícios da Universidade Estadual de Londrina (UEL) –, foram testados, cada versão a seu tempo e em diferentes regiões do país, o que permitiu o aprimoramento desse instrumento, fundamental à coleta de dados, e a preparação da versão final, publicada em 2001, também pela UEL, e utilizada nacionalmente, versão esta que tem sido alvo de consulta e de uso por pesquisadores da área e em diferentes projetos, particularmente de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 2ª etapa: A constituição do *corpus* e a transcrição dos dados (2001-2010)

A segunda etapa constitui-se, na verdade, de duas ações distintas: a primeira, que vai compreender o registro de dados de todas as capitais brasileiras de Estado — à exceção de Palmas e Brasília que, por serem cidades recém-criadas, não preenchem os requisitos

estabelecidos pela metodologia do projeto; a segunda diz respeito à constituição do *corpus* resultante dos demais pontos da rede.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 3ª etapa: A transcrição e a análise dos dados (2004-2012)

Etapa que, pela sua própria natureza, se superpõe à anterior, vem-se desenvolvendo numa tríplice direção: (i) a transcrição grafemática dos registros, cuja definição de princípios a serem observados demandou ampla e duradoura discussão; (ii) a definição da transcrição fonética a ser observada e (iii) a continuada análise dos dados.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 4ª etapa: A editoração dos dados e a publicação dos resultados (2005-2012)

A 4ª etapa tem por objetivo a divulgação dos resultados, com a apresentação de um mapeamento linguístico do Brasil, acompanhado de comentários às cartas e da possibilidade de se ouvirem os informantes.

O Projeto ALiB vem caminhando solidamente e afirmou-se como um projeto estruturado, definido na letra de sua formulação, mas, principalmente, acolhido e respeitado pela comunidade científica. Dessa forma:

- Definiu a sua metodologia. Criaram-se os parâmetros de seu funcionamento: os critérios para estabelecimento da rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários a serem aplicados.
- Estruturou-se como trabalho de caráter nacional, dirigido por um comitê constituído com a representação de dez universidades brasileiras, e tem alargado o comprometimento de instituições com a sua realização, com a assinatura de um convênio inter-universidades.
- Tem mantido coordenado o trabalho desenvolvido com a realização de reuniões nacionais do Comitê Nacional que o dirige.
- Tem assegurado a formação do seu corpo de inquiridores e auxiliares de pesquisa de campo com a realização de *workshops*, encontros que têm cumprido, além da função para a qual prioritariamente são programados, uma outra de relevância para os estudos dialetais no Brasil: têm estimulado equipes estaduais e regionais a desenvolverem pesquisas no campo da Geolinguística.

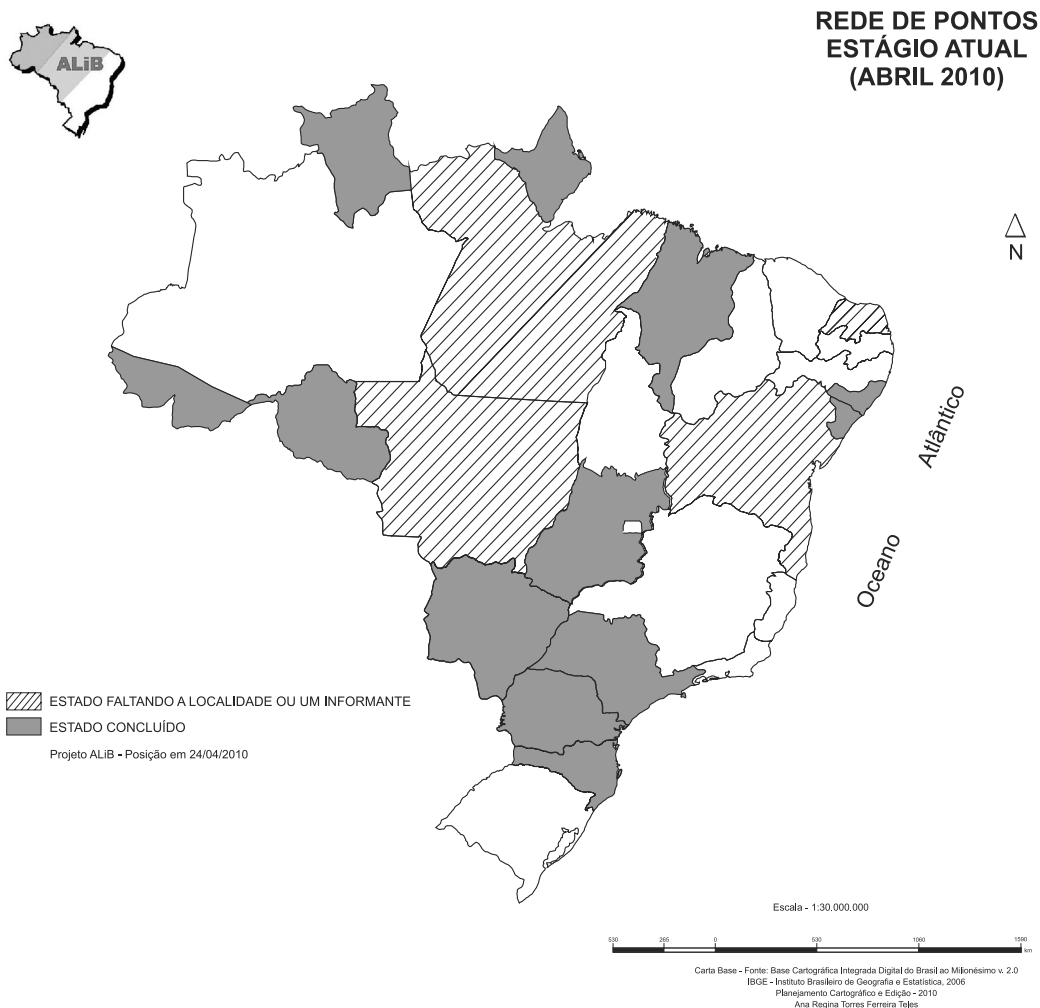
O Projeto ALiB responde, pois, a uma necessidade inadiável de descrição do Português do Brasil, de reconhecimento de áreas dialetais brasileiras e se apresenta como instrumento auxiliar no entendimento da história linguística do Brasil e no processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Propondo-se documentar os diferentes usos do português em todo o território nacional, o Projeto ALiB recobre uma rede de 250 localidades (Mapa Rede de Pontos), com um total de 1.100 informantes, pessoas integrantes

dos dois gêneros, distribuídas por diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Cumprindo esses objetivos, o projeto tem documentadas 79.6% das localidades que integram a rede, ou seja, 199 dos 250 pontos estabelecidos, e já tem concluído o levantamento dos dados em doze estados – Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sergipe, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Maranhão (Mapa Rede de Pontos – Estágio atual). Encontram-se em fase de preparação os Volumes 1 e 2 que contemplam as informações gerais e fornecem resultados das capitais de estado.

As características geográficas do Brasil e o fato de se apresentar, na realidade, como um país-continente acarretam peculiaridades na execução do trabalho e o fazem dotado de certa singularidade: a construção de um atlas nacional com problemas, efetivamente, de natureza continental. E esses problemas vividos pelo Projeto ALib, bem como as soluções encontradas e os resultados a que já se tem chegado, se constituem no objeto das considerações que se propõe apresentar nesta comunicação.

2 Rede de pontos





3 Problemas

Na linha do tempo e do espaço, algumas questões vêm, de imediato, à tona: Como é fazer-se um atlas de um país continental? Como é lidar com as distâncias numa terra de tamanha amplitude, tendo-se de enfrentar os percalços de locomoção em decorrência do sistema viário? Como se pode, enfim, estabelecer um tempo para fazer-se um atlas dessas proporções sem a segurança da continuidade de verbas providas de um sistema de fomento à pesquisa preocupado em, reconhecendo a validade da atividade de investigação, assegurar-lhe a continuidade e a conclusão? Sobre elas refletiremos com base no que se tem passado com o ALiB.

Assim, e para começar-se pelo espaço, tomando-se apenas os doze estados onde as pesquisas de campo já foram integralmente concluídas – Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Santa Catarina, São Paulo e Paraná –, deixando-se, pois, de lado os dados referentes a inquéritos realizados

em estados com a investigação ainda não concluída, verifica-se que o *corpus* constituído, e referente a esses doze estados, representa 41.2 % do total das localidades que compõem a rede de pontos e corresponde a uma área de 2.371.594 km², ou seja, aproximadamente 27% do território nacional, números estes bastante significativos. Se se estabelece uma relação, por exemplo, com o continente europeu, verifica-se que a área global dos estados com documentação concluída equivale, do ponto de vista areal, aproximadamente, à Itália, Espanha, França, Portugal, Suíça, Alemanha, Áustria e Bélgica, reunidos. Esta singela comparação mostra, do ponto de vista espacial, como se põe a questão de vencer as distâncias para um trabalho em território brasileiro. O pesquisador se desloca do seu ponto-sede e, para a realização de inquéritos, pode ultrapassar, com muita facilidade, a casa dos mil quilômetros. Para comprovar a veracidade da informação, vejam-se dados da pesquisa em começos de 2009: a Equipe do Paraná percorreu 4.200 km para realizar inquéritos em Minas Gerais; a Equipe da Bahia teve de vencer 3.700 km de estrada para fazer as gravações de cidades do Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais; e a Equipe de Mato Grosso do Sul, para concluir a documentação do Estado de Goiás, atingiu a casa dos 5.000 km. Se se somam esses quilômetros mencionados, com eles se podem atingir 32% da circunferência da terra, na sua parte mais ampla, ou seja, na linha do Equador (40.070km)!

Outra, dentre as dificuldades que se interpõem na construção de um atlas linguístico, diz respeito ao tempo despendido na execução da obra. O tempo que demanda a programação, o tempo que requer a coleta de dados, o tempo de que se precisa para exegese e análise dos materiais e, por fim, o tempo, muitas vezes longo e indefinido, que se tem a esperar para que se viabilize a publicação.

Desses “tempos” de espera, necessário se faz destacar o que se despende na identificação de informantes que preencham os requisitos estabelecidos e, assim, venham a integrar o conjunto a ser selecionado. Pode parecer a alguns menos familiarizados na lida com a pesquisa linguística que, numa cidade, seja de pequeno ou grande porte, não seria difícil encontrarem-se dois, quatro, seis ou mais informantes rigorosamente dentro dos padrões requeridos pela pesquisa. A realidade tem mostrado, porém, que essa não é tarefa fácil. Se se tenta, por exemplo, manter sob controle naturalidade do informante, naturalidade dos seus pais, tempo e local de residência, natureza de viagens e respectiva duração, grau de escolaridade, a que se juntam idade e gênero, depara-se o pesquisador com dificuldades e imprevistos que, muitas vezes, ultrapassam a sua expectativa ou se apresentam, de forma surpreendente, no curso da coleta de dados.

O que se quer, enfim, com essa ênfase dada ao “tempo”? Primeiramente, salientar que a realização de um atlas linguístico requer **tempo**, pela sua especificidade e pelas variáveis que deve, por razões científicas, manter sob controle. Em segundo lugar, porque todo trabalho de pesquisa se insere num contexto social, histórico e político, cujos desdobramentos, **no tempo e no espaço**, nem sempre são previsíveis, fogem, por outro lado, do controle dos cidadãos, e apresentam reflexos, inevitavelmente, no andamento e no sucesso do trabalho científico em realização.

Se o espaço exige esforço para ser desbravado, o tempo conspira, sempre, contra o pesquisador, sobretudo se entre trabalho e publicação de resultados se interpõem diferentes tipos de dificuldades a serem vencidas, desde as próprias à análise dos dados àquelas que dizem respeito ao financiamento da publicação.

Junte-se às dificuldades de lidar com os percalços do tempo e do espaço a ausência de um financiamento global a dar sustentabilidade financeira, particularmente, à pesquisa de campo, como se verifica no caso do ALiB, que vem contando apenas com financiamentos dirigidos a áreas específicas e na medida em que as solicitações dos nossos diretores regionais se fazem atendidas.

4 Soluções

Estratégias de superação de tais dificuldades, espírito de criatividade e aproveitamento de oportunidades – tais como participação em bancas examinadoras, ministração de cursos de curta duração, aceite a convites para fazer palestras, entre outras –, que a atividade docente universitária oferece e implicam o deslocamento de professores/pesquisadores, vêm servindo de elemento de superação de problemas na execução da pesquisa, mas não se podem constituir em meios regulares de execução da investigação científica no país.

No caso específico do ALiB, o Comitê Nacional esteve, e está, sempre atento às possibilidades de solicitação de um financiamento global que teria trazido – teria, porque nos falta relativamente pouco a cumprir na coleta de dados – a vantagem principal de se estreitar o tempo entre o início e a finalização da realização dos inquéritos de campo, aspecto de interesse para a pesquisa por contribuir para a preservação da homogeneidade da coleta, sem que se interponham longas distâncias entre o primeiro e o último dos inquéritos de campo. Na impossibilidade de conseguir-se o ideal, empenharam-se os membros do Comitê Nacional na busca de meios que assegurassem a execução da pesquisa em suas respectivas áreas.

Nesse contexto – espaço geográfico, tempo despendido e dificuldades de financiamento –, tem avançado o Projeto ALiB, atingindo, nesta segunda metade de 2009, um percentual de 79.6% dos pontos da rede documentados. Isso significa 199 localidades – das 250 que compõem a rede de pontos – documentadas, 896 informantes – dos 1.100 previstos – registrados, e doze estados da Federação com a pesquisa concluída.

5 Resultados

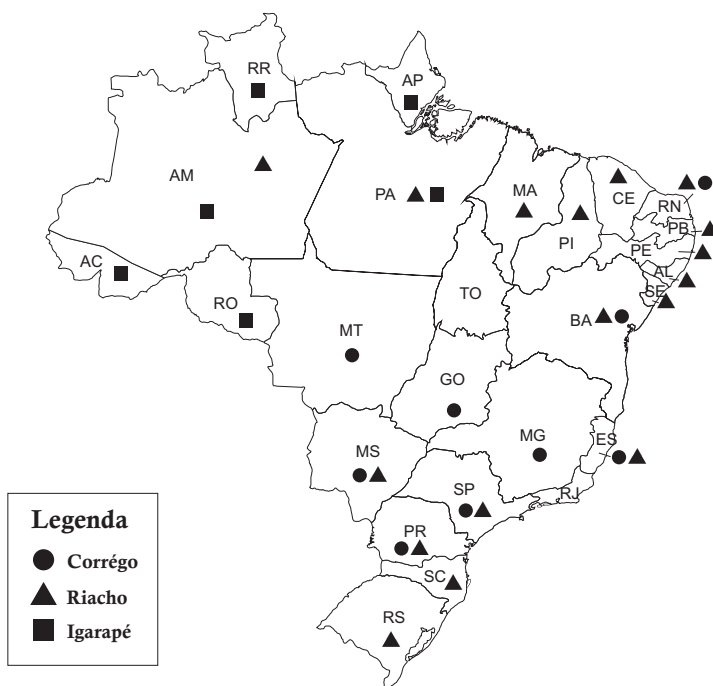
Iniciada a coleta de dados, em 2001, uma posição foi, quase de imediato, tomada: priorizar-se a documentação das capitais de estado, com o objetivo de finalizá-la o quanto antes, mas sem prejuízo do avanço da realização de inquéritos nos demais pontos da rede. Tal decisão, examinada, hoje, quando já se prepara a publicação dos primeiros resultados com dados das capitais, afigura-se como acertada. O fato de já dispormos de uma visão

do português brasileiro, de Norte a Sul, com o delineamento do perfil do falante, pelo controle de variáveis diageracionais, diagenéricas e diastráticas, garantida com os inquéritos das capitais, permite-nos um primeiro traçado de isoglossas, reflexo da viva voz dos 200 informantes que enfeixam esse grupo, e assegura a reflexão sobre as implicações sociolinguísticas na língua, resultante de uma posição metodológica de cunho pluridimensional que o tratamento moderno da Geolinguística está a exigir e que demanda do pesquisador acuidade na utilização e implementação dos dados, pois, como assinalam Radtke e Thun (1996, p. 30), “la geolingüística moderna se encuentra en vias de transformarse en una verdadera ciencia de la variación en el sentido del término griego *diálektos*”.

Dos resultados alcançados, apresentam-se, a título de ilustração, aspectos da realidade da língua portuguesa no Brasil nos campos do Léxico, com base em estudos já efetivados por pesquisadores que integram a Equipe ALiB no Brasil, a partir de dados coletados nas capitais brasileiras de estado.

Aguilera (2009), em recente trabalho apresentado no *VI Congresso Internacional da ABRALIN*, traz uma representativa exemplificação da variação semântico-lexical no português brasileiro. Dos casos apresentados, tomo dois exemplos para esta apresentação: as cartas CÓRREGO/ RIACHO (Pergunta 1 – Questionário semântico-lexical) e GALINHA D’ANGOLA/GUINÉ/COCAR (Pergunta 67 – Questionário semântico-lexical).

QSL 001 - Córrego/Riacho

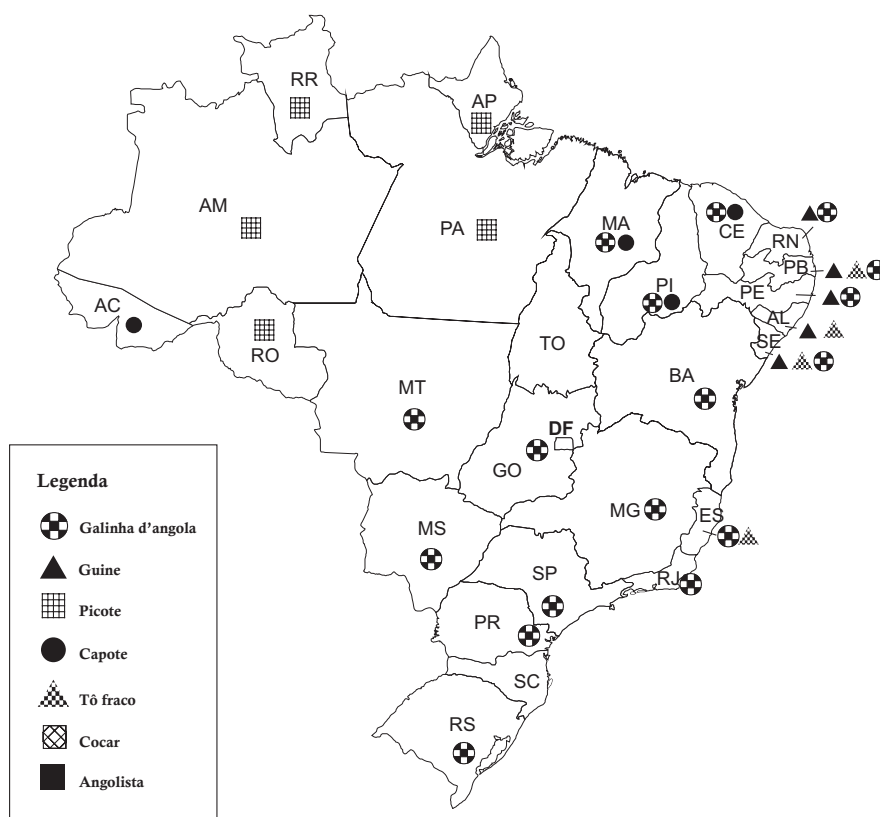


FONTE: AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.), *ABRALIN 40 anos. VI Congresso Internacional da ABRALIN Anais...* ISBN 978-85-7539-446-5. CD, vol 2, p. 4219-4233.
 Mapa adaptado do original em cores preparado *ad hoc* pelas alunas Juliana Franco e Vanessa Yida (UEL: 2009)

Os resultados cartografados por Aguilera (2009) para CÓRREGO/RIACHO apresentam, para este conceito, três denominações dominantes no território brasileiro: *riacho*, *córrego* e *igarapé*, com áreas de distribuição bem delineadas. Há uma denominação que se especifica na parte Norte/Noroeste – *igarapé* –, recobrando os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá. *Riacho* documenta-se no Nordeste e se expande pelo Sul e Centro-Oeste – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul –, aparecendo, também, ao Norte, no Pará, e no Centro-Sul, no Espírito Santo. Distribui-se pelo Centro na direção Sul, deixando de ocorrer, porém, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Registra-se, no entanto, no Rio Grande do Norte.

Para GALINHA D'ANGOLA/GUINÉ/COCAR, a carta traçada por Aguilera (2009) traz um amplo rol de denominações das quais, como se vê, as três com maior índice de ocorrência – *galinha d'angola*, *guiné* e *picote* – apresentam uma distribuição bem delineada.

QSL 067 - Galinha d'Angola/Guiné/Cocar



FONTE: AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.), *ABRALIN 40 anos. VI Congresso Internacional da ABRALIN Anais...* ISBN 978-85-7539-446-5. CD, vol 2, p. 4219-4233. Mapa adaptado do original em cores

Nada obstante a riqueza de informação que as cartas apresentam, a começar da própria natureza da seleção dos itens lexicais, atendo-me a uma consideração de ordem exclusivamente diatópica. É significativa a particular característica que as duas cartas apresentam com relação à Região Norte: área de *igarapé* e área de *picote*. Destaque-se, nesta última, a presença de *capote*, apenas no Acre, cujo registro pode encontrar diferentes explicações, entre as quais se inclui a reinterpretação fonética de *picote*, conduzindo à introdução da denominação *capote*.

Para concluir

Estas duas cartas apresentam um dado que merece destaque: a presença particular das formas *igarapé* (CÓRREGO) e *picote* (GALINHA D'ANGOLA). Do ponto de vista areal, não se pode, com base no resultado de duas únicas cartas, fazer afirmação sobre a definição de isoglossas, mas deve-se repetir que é significativa a identificação areal revelada por CÓRREGO e GALINHA D'ANGOLA.

Referências

ADTKE, Edgar; THUN, Harald (1996). Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. Tradução de Norma Díaz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg.). NEUE WEGE DER ROMANISCHEN GEOLINGUISTIK. *Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991). Kiel: Westensee-Verlag. p. 25-49.

AGUILERA, Vanderci de Andrade (ano). Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.). ABRALIN 40 ANOS. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. *Anais...* vol. 2, CD, ISBN 978-85-7539-446-5. p. 4219-4233.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2001). *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Londrina: EDUEL.